



NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

Unidade Gestora: 030554

30 DE ABRIL DE 2021



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE ALAGOAS**

Sumário

1. Apresentação - Contexto Operacional.....	3
2. Demonstrações Contábeis.....	4
Balanco Patrimonial.....	4
Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados.....	8
Balanco financeiro.....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
3. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis.....	11
3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis.....	11
3.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.....	14
3.3 Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis:.....	16
3.4 Declaração de Conformidade	16
4. Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis	17
4.1 Notas do Balanco Patrimonial.....	17
4.1.1 Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	17
4.1.2 Nota 02 – Imobilizado	17
4.1.3 Nota 03 – Obrigações Contratuais a Executar	19
4.1.4 Nota 04 – Superávit/Déficit Financeiro	19
4.2 Notas da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP	20
4.1.5 Nota 05 – Resultado Patrimonial	20
4.3 Notas do Balanco Orçamentário.....	20
4.1.6 Nota 06 – Receita Orçamentária.....	20
4.1.7 Nota 07 – Despesa Orçamentária.....	20
4.1.8 Nota 08 – Resultado Orçamentário	21
4.1.9 Nota 09 – Outros Recebimentos Extraorçamentários.....	21
4.1.10 Nota 10 – Geração Líquida de Caixa/Resultado Financeiro	21

1. Apresentação - Contexto Operacional

O Fundo Especial do Ministério Público (Fempeal) foi criado pela Lei Estadual nº 6.639 de 7 de dezembro de 2005, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica com número 23.122.686/0001-99 e tem por finalidade suprir o Ministério Público, órgão a qual é vinculado, com recursos financeiros necessários para fazer face às despesas com aquisição, construção, ampliação e reforma de imóveis pertencentes ao Ministério Público ou destinados a ele; aquisição de equipamentos e material permanente; aquisição e implementação dos serviços de informática e treinamento dos membros e servidores do Ministério Público, através de cursos, seminários e congressos.

2. Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

				R\$
Ativo	Nota Explicativa	2020	2019	
Ativo Circulante		110.771,38	51.218,06	
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	110.771,38	51.218,06	
Créditos a Curto Prazo				
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				
Estoques				
VPD Pagas Antecipadamente				
Total do Ativo Circulante		110.771,38	51.218,06	
Ativo Não Circulante				
Realizável a Longo Prazo				
Créditos a Longo Prazo				
Investimentos Temporários a Longo Prazo				
Estoques				
VPD Pagas Antecipadamente				
Investimentos				
Imobilizado	02	5.013.969,60	5.480.320,08	
Intangível				
Diferido				
Total do Ativo Não Circulante		5.013.969,60	5.480.320,08	
Total do Ativo		5.124.740,98	5.531.538,14	
				R\$
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	2020	2019	
Passivo Circulante				
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar CP				
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo				
Fornecedores e Contas a Curto Prazo				
Obrigações Fiscais a Curto Prazo				
Provisões de a Curto Prazo				
Demais Obrigações a Curto Prazo		59.291,66		
Total do Passivo Circulante		59.291,66		
Passivo Não Circulante				
Obrigações Trabalhista, Previd, e Assist. a Pagar LP				
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo				
Fornecedores a Longo Prazo				
Obrigações Fiscais a Longo Prazo				
Provisões de Longo Prazo				
Demais Obrigações a Longo Prazo				
Resultado Diferido				
Total do Passivo Não Circulante				
Patrimônio Líquido				
Patrimônio Social e Capital Social		6.079.183,63	6.079.183,63	
Reservas de Capital				
Ajustes de Avaliação Patrimonial				
Reservas de Lucros				
Demais Reservas				

Resultados Acumulados		-1.013.734,31	-547.645,49
Resultado do Exercício		-466.088,82	-419.808,52
Resultados de Exercícios Anteriores		-547.645,49	-127.836,97
Ajustes de Exercícios Anteriores			
Participação de Não Controladores			
Total do Patrimônio Líquido		5.065.449,32	5.531.538,14
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		5.124.740,98	5.531.538,14

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

R\$

Ativo			Passivo		
Especificação	2020	2019	Especificação	2020	2019
Ativo Financeiro	110.771,38	51.218,06	Passivo Financeiro	59.291,66	0,00
Ativo Permanente	5.013.969,60	5.480.320,08	Passivo Permanente	0,00	0,00
			Saldo Patrimonial	5.065.449,32	5.531.538,14

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Quadro das Contas de Compensação

R\$

Especificação	Nota explicativa	2020	2019
Atos Potenciais Ativos			
Execução dos Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas			
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres			
Direitos Contratuais			
Outros Atos Potenciais Ativos			
Total dos Atos Potenciais Ativos			
Atos Potenciais Passivos			
Execução dos Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar			
Obrigações Contratuais	03	11.774,79	11.774,79
Outros Atos Potenciais Passivos			
Total dos Atos Potenciais Passivos		11.774,79	11.774,79

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

R\$

Destinação de recursos	Nota Explicativa	2020	2019
Ordinária		51.479,72	51.218,06
Recursos Ordinários		51.479,72	51.218,06
Vinculados			
Convênios			
Total das Fontes de Recursos	04	51.479,72	51.218,06

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$				
Especificação	Nota explicativa	2020	2019	AV
Variações Patrimoniais Aumentativas		261,66	5.710,63	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria				
Contribuições				
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos				
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		261,66	5.710,63	
Transferências e Delegações Recebidas				
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos				
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas				
Variações Patrimoniais Diminutivas		466.350,48	425.519,15	
Pessoal e Encargos				
Benefícios Previdenciários e Assistenciais				
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		466.350,48	425.519,15	
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras				
Transferências e Delegações Concedidas				
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos				
Tributárias				
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços				
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas				
Resultado Patrimonial do Período	05	-466.088,82	-419.808,52	

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Balanço orçamentário

R\$					
Receitas orçamentárias	Nota explicativa	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		252.634,00	252.634,00	261,66	-252.372,34
Receitas Tributárias					
Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial				261,66	261,66
Receita Agropecuária					
Receita Industrial					
Receitas de Serviços					
Transferências Correntes					
Outras Receitas Correntes		252.634,00	252.634,00		-252.634,00
Receitas De Capital (II)		317.366,00	317.366,00		-317.366,00
Operações de Crédito					
Alienação de Bens		317.366,00	317.366,00		-317.366,00
Amortização de Empréstimos					
Transferências de Capital					
Outras Receitas de Capital					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (III)					
Subtotal das Receitas (IV) = (I+II+III)	06	570.000,00	570.000,00	261,66	-569.738,34
Operações de Crédito / Refinanciamento (V)					
Operações de Crédito Internas					
Operações de Crédito Externas					
Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV+V)		570.000,00	570.000,00	261,66	-569.738,34
Déficit (VII)					
Total (VIII) = (VI+VII)	08	570.000,00	570.000,00	261,66	-569.738,34
Saldos de Exercícios Anteriores					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores					
Superávit Financeiro					
Reabertura de Créditos Adicionais					

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (IX)		13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes		13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
Despesas de Capital (X)		557.000,00	557.000,00	0,00	0,00	0,00	557.000,00
Investimentos		557.000,00	557.000,00	0,00	0,00	0,00	557.000,00
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Reserva de Contingência (XI)							
Reserva do RPPS (XII)							
Subtotal das Despesas (XIII) = (IX+X+XI+XII)		570.000,00	570.000,00	0,00	0,00	0,00	570.000,00
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIV)							
Amortização da Dívida Interna							
Amortização da Dívida Externa							
Subtotal com Refinanciamento (XV) = (XIII+XIV)		570.000,00	570.000,00	0,00	0,00	0,00	570.000,00
Superávit (XVI)		0,00	0,00	261,66	0,00	0,00	0,00
Total (XVII) = (XV+XVI)	06	570.000,00	570.000,00	261,66	0,00	0,00	570.000,00

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar não Processados

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior				
Despesas							
Pessoal e Encargos Sociais							
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Total	13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados
Liquidados

Despesas orçamentárias	Nota explicativa	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Balanco financeiro

Especificação	Nota explicativa	R\$	
		2020	2019
Ingressos			
Receitas Orçamentárias (I)		261,66	5.710,63
Ordinárias		261,66	5.710,63
Vinculadas			
Transferências Financeiras Recebidas (II)			
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária			
Transferências Recebidas Independente de Execução Orçamentária			
Recebimentos Extraorçamentário (III)		60.316,66	0,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados			
Inscrição dos Restos a Pagar Processados			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	08	60.316,66	0,00
Outros Recebimentos Extraorçamentários			
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		51.218,06	629.734,43
Caixa e Equivalentes de Caixa		51.218,06	629.734,43
Limite de Caixa			
Total Ingresso (IV) = (I+II+III+IV)		111.796,38	635.445,06
Dispêndios			
Despesas Orçamentárias (VI)			
Ordinárias			
Vinculadas			
Transferências Financeiras Concedidas (VII)			
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		1.025,00	420.405,00
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados			420.405,00
Pagamento dos Restos a Pagar Processados			
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.025,00	
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		110.771,38	51.218,06
Caixa e Equivalentes de Caixa		110.771,38	51.218,06
Limite de Caixa			
Total dos Dispêndios		111.796,38	635.445,06

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$

Especificação	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		60.578,32	5.710,63
Receitas Derivadas e Originárias		261,66	5.710,63
Transferências Correntes Recebidas		0,00	0,00
Outros Ingressos das Operações	09	60.316,66	0,00
Desembolsos		1.025,00	10.850,00
Pessoal e Demais Despesas		0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida		0,00	0,00
Transferências Concedidas		0,00	10.850,00
Outros desembolsos operacionais		1.025,00	0,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		59.553,32	-5.139,37
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos			
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros ingressos de investimento			
Desembolsos		0,00	573.377,00
Aquisição de Ativo Não Circulante		0,00	573.377,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos			
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		0,00	-573.377,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos			
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
Desembolsos			
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA (I+II+III)	10	59.553,32	-578.516,37
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		51.218,06	629.734,43
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		110.771,38	51.218,06

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL							
ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial do Ex. Anterior							
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Aumento de Capital							
Resultado do Exercício							
Constituição/Reversão de Reservas							
Dividendos							
Saldo Final do Ex. Anterior Saldo Inicial do Ex. Atual	6.079.183,63				-547.645,49		5.531.538,14
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Aumento de Capital							
Resultado do Exercício					-466.088,82		-466.088,82
Constituição/Reversão de Reservas							
Dividendos							
Saldo Final do Ex. Atual	6.079.183,63				-547.645,49		5.531.538,14
Saldo Inicial do Ex. Anterior	6.079.183,63				-547.645,49		5.531.538,14

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

3. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e

Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O escopo das demonstrações contábeis é referente a posição da Unidade Gestora 030004, conforme evidenciado no Contexto Operacional.

3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

Moeda Funcional - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.

Caixa e Equivalentes de Caixa - Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Depósitos Restituíveis - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a Curto Prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

Ativo Realizável a Longo Prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Investimentos – São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos ou em fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados na prestação de serviços e que não serão vendidos em curto prazo. Estes bens podem ser avaliados por dois critérios para a mensuração: (i) valor justo (valor de mercado); e (ii) custo depreciado. Os demais investimentos são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. A taxa de depreciação e o valor residual utilizado estão em conforme Decreto Estadual 11.104/11, os lançamentos foram iniciados a partir das incorporações realizadas em janeiro de 2011 e para definição da vida útil, as unidades gestoras devem seguir a instrução normativa SRF nº 162/98 e suas alterações.

Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

Passivos Circulantes e não Circulantes As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) provisões; e (vi) demais obrigações.

Empréstimos e Financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis.

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Benefícios a Empregados - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas.

Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

- Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o **Resultado Patrimonial**, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
- No Balanço Orçamentário é apurado o **Resultado Orçamentário** o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário
- No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o **Resultado Financeiro** confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No quadro abaixo é apresentado os procedimentos e os prazos aplicáveis com a situação de implantação de cada procedimento, a saber: implantado, em andamento, não iniciado.

Quadro – Procedimento Contábil Patrimonial

Procedimento Contábil Patrimonial	Prazo	Situação
PCP 1 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.		NÃO APLICA
PCP 2 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.		NÃO APLICA
PCP 3 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de	01/01/2017	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.		
PCP 4 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	NÃO APLICA	
PCP 5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	01/01/2019	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
PCP 6 - Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	01/01/2019	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
PCP 7 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	01/01/2019	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
PCP 8 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável	NÃO APLICA	
PCP 9 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP)	01/01/2022	NÃO IMPLEMENTADO
PCP 10 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	01/01/2019	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
PCP 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc).	01/01/2018	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
PCP 12 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	NÃO APLICA	
PCP 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	01/01/2016	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
PCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	01/01/2020	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
PCP 17 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	NÃO APLICA	
PCP 18 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	01/01/2021	EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

3.3 Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis:

Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas pelo MPEAL.

3.4 Declaração de Conformidade

Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e **refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira em 31/12/2020 , exceto no tocante as ressalvas abaixo:**

Ressalvas:

- I. Os valores evidenciados nas contas do imobilizado não representam a realidade da Unidade Gestora pois o processo de inventário que está sendo realizado por comissão que foi criada pela Portaria DG 55/2020, ainda não foi finalizado. Os valores dos itens adquiridos até 31/12/2010 (Decreto Estadual 11.104/2011) não foram ajustados.
- II. Os valores relacionados ao itens do imobilizado não representam a realidade pois o inventário ainda não foi finalizado, bem como os valores de depreciação, amortização e exaustão enviados mensalmente pelo setor de patrimônio podem não representar a realidade pois a planilha através da qual é feito o cálculo está apresentando algumas inconsistências. A planilha já está em processo de ajuste e solicitou-se, também, através do expediente GED: 20.08.1316.0000015/2020-21 a melhoria do sistema de controle patrimonial e a implementação de novas funcionalidades para atender essa demanda.
- III. Não é possível, no momento, afirmar que os valores das contas contábeis relacionadas ao controle dos contratos firmados e executados expressam a realidade. A administração da instituição está providenciando as adequações necessárias para garantir o cumprimento pleno dessa exigência.

Maceió, 30 de Abril de 2021

Bruno Daniel de Lima

CRC nº 007796/O-3

4. Informação Complementar dos Principais itens das

Demonstrações Contábeis

4.1 Notas do Balanço Patrimonial

4.1.1 Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores disponíveis no Caixa, na Conta Única do Tesouro, Demais Bancos, Rede Bancária de Arrecadação e Aplicações Financeiras, conforme evidenciado na tabela abaixo.

Quadro – Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$				
Detalhamento	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Banco do Brasil (Contas Movimento)	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco do Brasil (Aplicação Financeira)	110.771,38	51.218,06	100	116,27
Total	110.771,38	51.218,06	100	116,27

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

4.1.2 Nota 02 – Imobilizado

O Imobilizado está dividido pelos bens móveis e os imóveis que são utilizados na prestação de serviços e possuem a composição conforme evidenciado na tabela abaixo:

Quadro – Imobilizado – composição

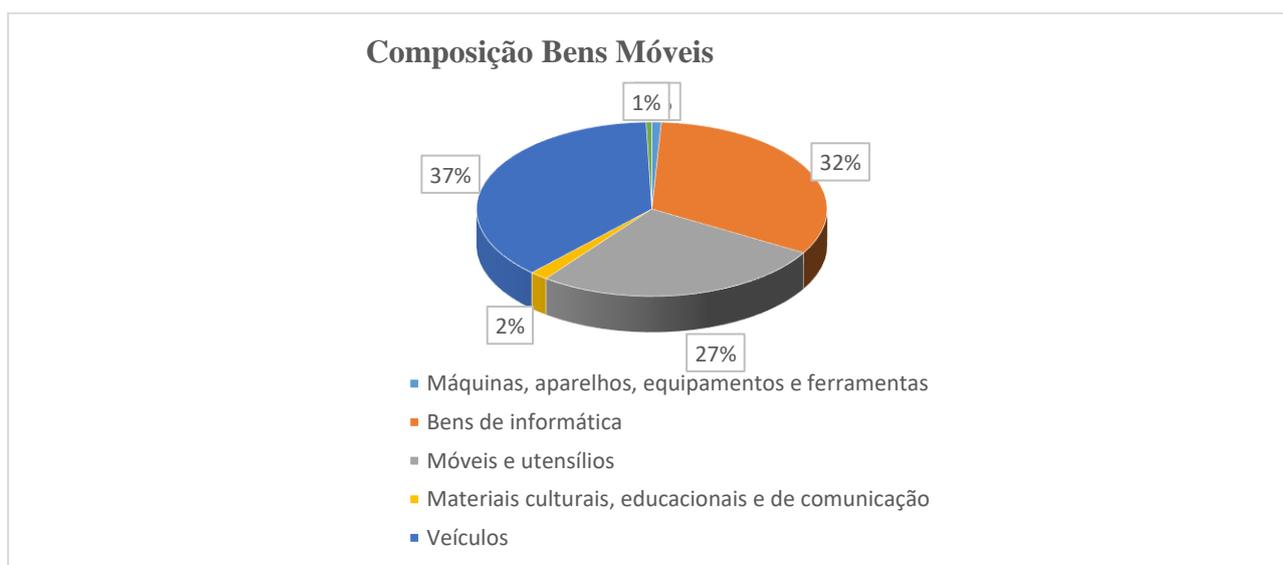
R\$				
Bens	31/12/2020	31/12/2019	AV(%)	AH(%)
Bens Móveis	6.021.546,01	6.021.546,01	81,09	0,00
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	51.848,85	51.848,85	0,70	0,00
Aparelhos de medição e orientação	87,15	87,15	0,01	0,00
Aparelhos e equipamentos de comunicação	914,80	914,80	0,01	0,00
Equipamento de proteção, segurança e socorro	3.490,00	3.490,00	0,05	0,00
Máquinas e equipamentos industriais	521,00	521,00	0,01	0,00
Máquinas e equipamentos energéticos	46.621,90	46.621,90	0,63	0,00
Equipamentos hidráulicos e elétricos	214,00	214,00	0,01	0,00
Bens de informática	1.957.997,39	1.957.997,39	26,37	0,00
Equipamentos de processamento de dados	1.957.997,39	1.957.997,39	26,37	0,00
Móveis e utensílios	1.620.962,82	1.620.962,82	21,83	0,00
Aparelhos e utensílios domésticos	26.605,61	26.605,61	0,36	0,00
Máquinas e utensílios de escritório	590,00	590,00	0,01	0,00
Utensílios em geral	1.481.586,13	1.481.586,13	19,95	0,00
Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	112.181,08	112.181,08	1,51	0,00
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	101.628,11	101.628,11	1,37	0,00
Coleções e materiais bibliográficos	65.975,21	65.975,21	0,89	0,00
Equipamentos para áudio, vídeo e foto	35.652,90	35.652,90	0,48	0,00

Veículos	2.257.824,94	2.257.824,94	30,40	0,00
Veículos de tração mecânica	2.257.824,94	2.257.824,94	30,40	0,00
Demais bens móveis	31.283,90	31.283,90	0,42	0,00
Outros bens móveis	31.283,90	31.283,90	0,42	0,00
Imóveis	1.404.424,24	1.404.424,24	18,91	0,00
Bens de uso especial	240.000,00	240.000,00	3,23	0,00
Edifícios	240.000,00	240.000,00	3,23	0,00
Bens imóveis em andamento	1.164.424,24	1.164.424,24	15,68	0,00
Obras em andamento	1.164.424,24	1.164.424,24	15,68	0,00
Valor Contábil Bruto	7.425.970,25	7.425.970,25	100,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	2.412.000,65	1.945.650,17	32,48	23,97
(-) Redução ao Valor Recuperável				
Valor Contábil Líquido	5.013.969,60	5.480.320,08	67,52	-8,51

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Na figura abaixo é evidenciado os itens mais relevantes dos bens móveis por participação de percentual:

Figura 1 – Composição dos Bens Móveis



Dos bens móveis registrados destacam-se , 37% que referem-se a Veículos, 32% são de Bens de informática e 27% são de Bens Móveis.

Quadro – Grau de Depreciação por item do Imobilizado

Bens	Valor Contábil Bruto (a)	Depreciação Acumulada (b)	% Depreciação c=(b/a)*100
Bens Móveis	6.021.546,01	2.412.000,65	40,06
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	51.848,85	6.109,86	11,78
Bens de informática	1.957.997,39	596.750,58	30,48
Móveis e utensílios	1.620.962,82	581.003,21	35,84
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	101.628,11	16.255,80	16,00
Veículos	2.257.824,94	1.192.268,55	52,81
Demais Bens Móveis	31.283,90	19.612,65	62,69
Imóveis	1.404.424,24	0,00	0,00
Bens de uso especial	240.000,00	0,00	0,00
Bens imóveis em andamento	1.164.424,24	0,00	0,00
Total	7.425.970,25	2.412.000,65	32,48

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Um indicador importante para avaliação do Imobilizado é o grau de depreciação de cada item, conforme evidenciado na tabela acima, os veículos possuem um grau de depreciação de 62,69% o que demonstra a necessidade de uma reavaliação ou mesmo de aquisição de novos bens..

Entretanto, os valores da depreciação acumulada provavelmente não representam a realidade pois a planilha em que os valores são calculados está apresentando inconsistências. O Setor de patrimônio está realizando os ajustes para melhorar a consistência dos dados e o sistema de controle patrimonial encontra-se em processo de implementação de novas funcionalidades atender esse tipo de demanda.

Além disso, o inventário ainda não foi finalizado pela comissão que foi criada pela Portaria DG 55/2020. Os valores dos itens adquiridos até 31/12/2010 (Decreto Estadual 11.104/2011) ainda não foram ajustados.

4.1.3 Nota 03 – Obrigações Contratuais a Executar

Não é possível, no momento, afirmar que os valores das contas contábeis relacionadas ao controle dos contratos firmados e executados expressam a realidade. A administração da instituição está providenciando as adequações necessárias para garantir o cumprimento pleno dessa exigência.

4.1.4 Nota 04 – Superávit/Déficit Financeiro

Ativo e Passivo

Superávit financeiro: o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial, no valor de R\$ 51.479,72 é composto pelas seguintes destinações:

Recurso Código/Descrição	Superávit Financeiro
Ordinário	51.479,72
Vinculado	
Convênio	
Total	51.479,72

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Os recursos ordinários são os que estão livres para utilização enquanto que os vinculados são aqueles que possuem destinação legal.

4.2 Notas da Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP

4.1.5 Nota 05 – Resultado Patrimonial

Conforme evidenciado na tabela abaixo o Resultado Patrimonial no exercício de 2020 foi negativo em R\$ 466.088,82 superior ao apurado em 2019, uma variação negativa de 11,02% no período.

Quadro – Resultado Patrimonial

	R\$	
Detalhamento	31/12/2020	31/12/2019
Variações Patrimoniais Aumentativas	261,66	5.710,63
(-) Variações Patrimoniais Diminutivas	466.350,48	425.519,15
(=) Resultado Patrimonial	-466.088,82	-419.808,52

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

4.3 Notas do Balanço Orçamentário

4.1.6 Nota 06 – Receita Orçamentária

Uma das fontes de receita do Fempeal é o rendimento de aplicações financeiras que no ano de 2020 foram a única fonte e renderam o valor de R\$ 261,66. Além disso, foram realizados alguns depósitos que até o momento não foram identificados a sua origem, sendo provável que sejam recursos oriundos de Termos de Ajustamento de Conduta firmados pelo órgão, eles somam o valor de R\$ 146.191,65 e assim que realizada a sua identificação serão realizados os lançamentos contábeis cabíveis.

4.1.7 Nota 07 – Despesa Orçamentária

No exercício de 2020 o Orçamento foi aprovado pela lei estadual nº 8.226/2020 publicada no Diário Oficial no dia 03/01/2020, que teve uma previsão de dotação inicial de R\$ 570.000,00. Além disso, não houve empenho de despesas no exercício financeiro.

Tabela – Composição e execução por tipo de créditos.

R\$

Tipo de crédito	Total da despesa autorizada por tipo de crédito
Inicial	570.000,00
Suplementar	
Especial	
Extraordinário	
Total	570.000,00

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

4.1.8 Nota 08 – Resultado Orçamentário

Conforme demonstrado na tabela abaixo, no exercício de 2020 o resultado orçamentário foi déficit de R\$ 261,66.

Quadro – Resultado Orçamentário

R\$

Detalhamento	31/12/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Receitas Arrecadadas	261,66	5.710,63	100,00	95,42
(-) Despesas Empenhadas	0,00	163.822,00	0,00	-100,00
(=) Resultado Orçamentário	261,66	-158.111,37	100,00	-100,17

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

4.3 Notas do Balanço Financeiro e da DFC

4.1.9 Nota 09 – Outros Recebimentos Extraorçamentários

No exercício de 2020 conforme evidenciado na tabela abaixo, ocorreu o ingresso de R\$ 60.316,66 de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

4.1.10 Nota 10 – Geração Líquida de Caixa/Resultado Financeiro

R\$

Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	2020	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	51.218,06	629.734,43
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	110.771,38	51.218,06

Fonte: Siafe/Sefaz-AL

Conforme evidenciado na tabela acima no exercício de 2020 houve um uma geração líquida positiva de caixa de R\$ 59.553,32 em especial pelo superávit gerado no Fluxo das Atividades Operacionais Conforme demonstrado na tabela abaixo:

Fluxos	2020	2019
Fluxo das Atividades Operacionais (I)	59.553,32	-5.139,37
Fluxo das Atividades de Investimentos (II)	0,00	-573.377,00
Fluxo das Atividades de Financiamento (III)		
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa IV = (I+II+III)	59.553,32	-578.516,37

Fonte: Siafe/Sefaz-AL